

REABERTURA DO AVISO PARA SUBMISSÃO DE CANDIDATURAS EM REGIME DE “BALCÃO PERMANENTE”

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL MÉDIO TEJO E PINHAL INTERIOR SUL



UNIÃO EUROPEIA

Fundo Europeu
de Desenvolvimento Regional



QUADRO
DE REFERÊNCIA
ESTRATÉGICO
NACIONAL
PORTUGAL2007-2013

mais
CENTRO

Programa Operacional Regional do Centro

O presente Aviso para Submissão de Candidaturas é definido nos seguintes termos:

1. Âmbito

Nos termos do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Portuguesa e a Associação de Municípios Portugueses para promover a execução dos investimentos de Iniciativa Municipal no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013, concretamente na Iniciativa 2, publica-se o presente Aviso para Submissão de Candidaturas em contínuo – “Balcão Permanente”, para as candidaturas enquadradas pelo Contrato de Delegação de Competências com Subvenção Global celebrado entre a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro e a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul.

O Aprovação das operações terá em consideração o Regulamento Específico da Mobilidade Territorial, bem como as especificações que constam em anexo.

2. Âmbito territorial

O território abrangido pelas operações a financiar no presente Convite corresponde às Unidades Territoriais do Pinhal Interior Sul da Região do Centro e do Médio Tejo da Região de Lisboa e Vale do Tejo, definidas de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei nº 68/2008, de 14 de Abril.

3. Formalização da candidatura

A candidatura é apresentada à Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro por via de submissão de formulário electrónico disponível no sítio da Internet www.maiscentro.qren.pt, devidamente preenchido e acompanhado de todos os documentos indispensáveis à sua completa instrução.

4. Prazo para a apresentação de candidaturas

O prazo para apresentação de candidaturas decorre entre a data de publicação do presente Aviso e as 18 horas do dia 30.12.2010.

5. Dotação orçamental

A dotação máxima orçamental a atribuir às operações a seleccionar é de 2.000.000,00€.

6. Condições de admissão e aceitação das operações

No caso dos concursos públicos “normais”:

Para além das condições específicas previstas nos anexos a este Aviso, considera-se como condição geral o grau de maturidade dos investimentos a candidatar. Assim, apenas serão admitidas as candidaturas que se encontrem em avançada fase de estabelecimento de vínculo contratual com os respectivos fornecedores, com as necessárias adaptações para os projectos que não digam respeito a infra-estruturas e equipamentos. Entende-se como avançada fase de vínculo contratual, no caso de empreitadas, a preparação da adjudicação, mais precisamente em fase de audiência prévia (cfr. artº 147 do CCP).

No caso dos concursos públicos urgentes:

Não é exigível que o procedimento esteja em fase de intenção de adjudicação, quando os beneficiários recorram ao procedimento do concurso público urgente, nos termos previstos no nº 2 do artigo 52º do DL 72-A/2010 de 18 de Junho de 2010. Nestes casos exige-se a prova de publicação em Diário da República.

7 – Condição geral para a aprovação das operações

Em qualquer dos casos, a aprovação, pela Comissão Directiva, das operações submetidas com base nos procedimentos concursais referidos só se efectuará quando o beneficiário fizer prova de que a empreitada se encontra efectivamente adjudicada.

Coimbra, 22 de Dezembro de 2010

A Comissão Directiva do Programa Operacional Regional do Centro

Data de publicação do presente Aviso: 27 de Dezembro de 2010

ANEXO

REGULAMENTO	
MOT	Mobilidade Territorial

Eixo Prioritário 3
Consolidação e Qualificação dos Espaços Sub-Regionais

Mobilidade Territorial

Aviso nº: Centro-MOT-2010-23



UNIÃO EUROPEIA

Fundo Europeu
de Desenvolvimento Regional



QUADRO
DE REFERÊNCIA
ESTRATÉGICO
NACIONAL
PORTUGAL 2007-2013

mais
CENTRO

Programa Operacional Regional do Centro

Nos termos do Regulamento Específico “Mobilidade Territorial”, com as alterações aprovadas a 20 de Abril de 2010, por deliberação da Comissão Ministerial de Coordenação dos Programas Operacionais do Continente, é publicado o presente Anexo ao Aviso para Submissão de Candidaturas.

As informações que constam do presente Anexo ao Aviso devem ser conjugadas com o conteúdo das normas comunitárias e nacionais relevantes, das orientações técnicas e do formulário da candidatura, conforme referido nos respectivos pontos deste Anexo ao Aviso, alertando-se para a necessidade de conhecimento do teor integral desses documentos.

O presente Anexo ao Aviso para Submissão de Candidaturas é definido nos seguintes termos:

1. Âmbito

Nos termos do nº 2 do artigo 11º do Regulamento Específico “Mobilidade Territorial”, com as alterações aprovadas a 20 de Abril de 2010, por deliberação da Comissão Ministerial de Coordenação dos Programas Operacionais do Continente, o presente Anexo ao Aviso para Submissão de Candidaturas em contínuo – “Balcão Permanente”, enquadrado pelo Contrato de Delegação de Competências com Subvenção Global celebrado entre a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro (adiante designado por Mais Centro) e as Comunidades Intermunicipais, visa o financiamento de operações através do Regulamento Específico referido, integrado no Eixo Prioritário 3, do Mais Centro.

Para além dos meios legais estabelecidos, o presente Anexo ao Aviso é divulgado nos sítios da Internet do QREN (www.qren.pt), do Mais Centro (www.maiscentro.qren.pt) e das Comunidades Intermunicipais.

2. Objectivo

As operações a financiar devem prosseguir os objectivos previstos no artigo 2º do Regulamento Específico “Mobilidade Territorial”.

3. Tipologia de operações a apoiar

No âmbito do presente Anexo ao Aviso são elegíveis as tipologias de operações previstas no nº 2 do artigo 3º e o nº 2 do ponto 1.2 do Anexo I do Regulamento Específico “Mobilidade Territorial”. As operações a financiar devem enquadrar-se nas tipologias previstas no Anexo I do Contrato de Delegação de Competências com Subvenção Global celebrado entre a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro e as Comunidades Intermunicipais.

4. Entidades beneficiárias

Considerando as tipologias de entidades beneficiárias previstas no nº1 do artigo 4º do Regulamento Específico “Mobilidade Territorial”, são elegíveis no âmbito do presente Anexo ao Aviso as seguintes entidades:

- a) Câmaras Municipais.

5. Financiamento das operações

A taxa máxima de co-financiamento FEDER para as operações apoiadas no âmbito do presente Anexo ao Aviso será a prevista no nº 5 do artigo 10º do Regulamento Específico “Mobilidade Territorial”, com as alterações aprovadas a 20 de Abril de 2010, por deliberação da Comissão Ministerial de Coordenação dos Programas Operacionais do Continente, de acordo com as condições aí definidas.

6. Duração da execução das operações

Cada operação a apresentar no âmbito do presente Anexo ao Aviso, deve ter uma duração máxima de 24 (vinte e quatro) meses para a respectiva execução.

Serão aceites excepções à duração máxima referida anteriormente, desde que devidamente fundamentadas e mediante autorização da Comissão Directiva do Mais Centro, nunca podendo em caso algum essa duração ultrapassar o prazo máximo previsto no respectivo regulamento (quando estabelecido).

7. Condições de admissão e aceitação dos beneficiários

As condições de admissão e aceitação dos beneficiários são as exigidas no Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão, bem como no artigo 5º, do Regulamento Específico “Mobilidade Territorial”.

8. Condições de admissão e aceitação das operações

As operações a financiar no âmbito do presente Anexo ao Aviso, para além de obedecerem às condições decorrentes do Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão, devem respeitar as condições de admissão e aceitação previstas no artigo 6º, do Regulamento Específico “Mobilidade Territorial”, com as alterações aprovadas a 20 de Abril de 2010, por deliberação da Comissão Ministerial de Coordenação dos Programas Operacionais do Continente.

9. Data limite para a comunicação da admissão e aceitação da candidatura

A comunicação aos promotores da decisão relativa à admissão e aceitação das candidaturas é efectuada no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis após a sua submissão.

10. Avaliação do mérito da operação

10.1. Critérios de selecção

As operações serão objecto de uma avaliação de mérito em função da totalidade dos critérios de selecção definidos no Regulamento Específico, nomeadamente:

- A.** Contribuam para a melhoria das ligações intra-regionais ou supramunicipais, envolvam mais do que um município e se enquadrem nas orientações estratégicas do PROT;
- B.** Contribuam para o reforço da conectividade e os fechos de malha, nomeadamente entre redes nacional, regional e municipal, sempre que assumam carácter supramunicipal, envolvam mais do que um Município e constituam prioridades expressas em PROT;

- C. Proporcionem melhores condições de acesso aos centros urbanos solucionando situações evidentes de congestionamento e permitindo melhores articulações entre os centros urbanos e os territórios envolventes;
- D. Privilegiem o acesso a portos, áreas de localização empresarial e logística, centros turísticos e outros locais de relevância regional e/ou contribuam para a valorização da paisagem natural;
- E. Contribuam para o reforço da intermodalidade, quer em termos interurbanos como intraurbanos;
- F. Contribuam para reduzir a sinistralidade rodoviária e proporcionem melhorias de segurança ou na qualidade de serviço prestado às populações;
- G. Demonstrem ganhos ambientais, contribuam para a redução da dependência energética do exterior e contribuam para o desenvolvimento de uma mobilidade mais sustentável;
- H. Promovam soluções de mobilidade e transporte de carácter inovador, designadamente em áreas de baixa densidade demográfica;
- I. Contribuam para a qualificação da mobilidade em meio urbano;
- J. Contribuam para a estratégia e objectivos definidos no respectivo PO, designadamente, para os indicadores de realização e resultado aprovados.

10.2. Metodologia de cálculo

Aos critérios de selecção será aplicada a seguinte metodologia de cálculo que permitirá avaliar o Mérito da Operação (MO) e proceder à respectiva hierarquização das operações:

TIPOLOGIA DA OPERAÇÃO	MÉRITO DA OPERAÇÃO
Artigo 3º, nº 2, (nº 2, do Anexo I.2: Eixo 3): Construção/beneficiação de troços da rede municipal e dos eixos supramunicipais que contribuam para organizar uma rede local de itinerários estruturantes, assim como a instalação de sinalização indicativa e de código, a definir para conjuntos de municípios	$MO = 0,13 A + 0,10 B + 0,25 C + 0,02 D + 0,03 E + 0,25 F + 0,05 G + 0,05 H + 0,02 I + 0,10 J$
Artigo 3º, nº 2, (nº 2, do Anexo I.2: Eixo 3): Promoção da mobilidade sustentável, de modos alternativos de transporte e de soluções inovadoras de transporte colectivo	$MO = 0,05 A + 0,02 B + 0,03 C + 0,08 D + 0,02 E + 0,25 F + 0,25 G + 0,18 H + 0,02 I + 0,10 J$
Artigo 3º, nº 2, (nº 2, do Anexo I.2: Eixo 3): Intervenções que visem promover a segurança e reduzir a sinistralidade rodoviária	$MO = 0,05 A + 0,05 B + 0,05 C + 0,05 D + 0,05 E + 0,50 F + 0,05 G + 0,05 H + 0,05 I + 0,10 J$
Artigo 3º, nº 2, (nº 2, do Anexo I.2: Eixo 3): Planos e estudos intermunicipais estratégicos de transporte	$MO = 0,40 A + 0,40 B + 0,05 C + 0,05 D + 0,05 E + 0,50 F$

A pontuação final do mérito da operação é estabelecida com duas casas decimais, sendo consideradas para efeito de selecção as operações de mérito elevado que obtenham uma pontuação final igual ou superior a 3,00.

10.3. Pontuação a atribuir a cada critério de selecção

As pontuações dos critérios são atribuídas numa escala que varia entre 1 e 5, de acordo com a seguinte escala de classificação:

1 = Muito Reduzido; 2 = Reduzido; 3 = Aceitável; 4 = Significativo; 5 = Muito Significativo

11. Entidades responsáveis pela avaliação do mérito e pela decisão de financiamento

A análise do mérito da operação e a consequente decisão de aprovação de financiamento é da responsabilidade da Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro ou da Comissão Ministerial de Coordenação dos Programas Operacionais Regionais, nas situações referidas na alínea e), do nº 7, do artigo 40.º, do Decreto-Lei nº 312/2007, de 17 de Setembro, actualizado pelo Decreto-Lei nº 74/2008, de 22 de Abril.

12. Esclarecimentos complementares

A Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro pode requerer ao promotor esclarecimentos e/ou elementos complementares, os quais devem ser prestados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado a partir da data em que os mesmos sejam formalmente solicitados. A solicitação dos esclarecimentos e/ou elementos referidos tem efeitos suspensivos relativamente à contagem de prazo para análise das candidaturas.

13. Data limite para a comunicação da decisão de financiamento

A comunicação aos promotores da decisão relativa ao pedido de financiamento sobre as candidaturas admitidas e aceites é efectuada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias úteis após a submissão da candidatura.

14. Projectos geradores de receitas

No caso dos projectos geradores de receitas, aplicam-se as disposições previstas no artigo 55º do Regulamento (CE) nº 1083/2006 de 11 de Julho, com a redacção dada pelo Regulamento (CE) nº 1341/2008, e no artigo 17º do Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão, considerando o seguinte:

- a) As despesas elegíveis para os projectos geradores de receitas não devem exceder o valor actualizado do custo do investimento, depois de deduzido o valor actualizado das receitas líquidas do investimento;
- b) Para efeitos do disposto na alínea anterior, por “projectos geradores de receitas” entende-se “uma operação que inclui um investimento em infra-estruturas cuja utilização implique o pagamento de taxas directamente a cargo dos utilizadores, ou qualquer operação de venda ou aluguer de terrenos ou edifícios, ou qualquer outra prestação de serviços a título oneroso” (cf. ANEXO I - Definições – subalínea ee) do Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão)”.

15. Divulgação pública dos resultados

Os resultados contendo a lista de beneficiários, a designação das operações e os montantes do co-financiamento atribuído, são objecto de divulgação pública nos sítios da Internet www.maiscentro.qren.pt.

16. Orientações técnicas

A Autoridade de Gestão do Mais Centro poderá emitir orientações técnicas para especificação de determinadas matérias previstas no presente Anexo ao Aviso.

17. Legislação e informação relevante

- a) Regulamento CE n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho;
- b) Regulamento CE n.º 1828/2006 da Comissão, de 8 de Dezembro;
- c) Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de Abril, que define o modelo de governação do QREN 2007-2013 e dos respectivos Programas Operacionais;
- d) Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão;
- e) Regulamento Específico “Mobilidade Territorial”, aprovado por Decisão da Comissão Ministerial de Coordenação dos Programas Operacionais Regionais;
- f) Outras informações relevantes estão disponíveis nos sítios do Programa Operacional do Centro (www.maiscentro.qren.pt) e do QREN (www.qren.pt).

18. Obrigações e procedimentos de informação e publicidade

Os beneficiários de candidaturas aprovadas comprometem-se a respeitar e aplicar as obrigações e os procedimentos em vigor de informação e publicidade sobre a participação (co-financiamento) do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional nas intervenções, resultantes das disposições regulamentares comunitárias (Regulamentos CE n.ºs 1083/2006 e 1828/2006), bem como das normas e especificações técnicas instituídas pela Autoridade de Gestão competente em vigor à data da sua aprovação.

Coimbra, 22 de Dezembro de 2010

A Comissão Directiva do Programa Operacional Regional do Centro